

Sidney Guerra

Curso de Direito Internacional Público

12ª edição
2019

ISBN 978-85-536-0738-9

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

saraiva

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção Ana Paula Santos Matos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Iris Ferrão

Produção editorial Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Ferrino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado (coord.)
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Diagramação Desígnios Editoriais
Revisão Caio Cobucci Leite
Silvana Cobucci

Capa Herbert Junior

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento EGB Editora Gráfica Bernardi Ltda.

Guerra, Sidney

Curso de direito internacional público / Sidney Guerra. —
12. ed. — São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito internacional público I. Título.

18-1899

CDU 341

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito internacional público 341

Data de fechamento da edição: 26-2-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605596 CAE 640916

Sumário

<i>Sobre o autor</i>	9
<i>Obras do autor</i>	11
<i>Prefácio</i>	35
<i>Nota à 12ª edição</i>	37
<i>Nota à 11ª edição</i>	39
<i>Nota à 10ª edição</i>	41
<i>Nota à 9ª edição</i>	43
<i>Nota à 8ª edição</i>	45
<i>Nota à 7ª edição</i>	47
<i>Nota à 1ª edição</i>	49

PARTE I PARTE GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO I A SOCIEDADE INTERNACIONAL

1. Considerações Gerais	53
2. Antecedentes e conceito de sociedade internacional	57
3. Características	61
3.1. Universal	61
3.2. Aberta	62
3.3. Descentralizada	63
3.4. Paritária	64
4. Os Atores na Ordem Jurídica Internacional	64
4.1. O Estado	66
4.2. As organizações internacionais	66
4.3. A pessoa humana	67
4.4. As empresas transnacionais	67
4.5. A Santa Sé	69
4.6. Os beligerantes e insurgentes	71
4.7. A Cruz Vermelha	72
4.8. A Ordem de Malta	73
4.9. As organizações não governamentais	74

CAPÍTULO II

NOÇÕES PRELIMINARES

1. Gênese da Norma Jurídica	77
2. O Direito Internacional Público – Conceito	81
3. A Norma Internacional	85
4. Fundamento do Direito Internacional.....	88
5. Relações entre o Direito Interno e o Direito Internacional.....	91
5.1. Dualismo.....	92
5.2. Monismo.....	94
5.2.1. Monismo com primazia do Direito Interno	94
5.2.2. Monismo com primazia do Direito Internacional	95

CAPÍTULO III

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Considerações Gerais.....	97
2. A Previsão das Fontes do DIP	98
3. Tratados	99
3.1. Considerações gerais	99
3.2. Conceito e características	100
a) Acordo internacional entre Estados	100
b) Celebrado por escrito.....	100
c) Regido pelo Direito Internacional.....	101
d) Qualquer que seja sua denominação.....	101
e) Conste de um instrumento único ou em dois ou mais instrumentos conexos	102
3.3. Condições de validade para os tratados internacionais	102
a) Capacidade das partes.....	103
b) Habilitação dos agentes signatários	103
c) Objeto lícito e possível	104
d) Consentimento mútuo.....	105
3.4. Classificação.....	106
3.4.1. Classificação subjetiva.....	106
3.4.2. Classificação material.....	107
3.4.3. Classificação formal	108
3.5. Fundamento e efeitos	108
3.6. Forma	108
3.6.1. Fases da elaboração dos tratados	109
a) Negociação	109
b) Redação do texto	110
c) Assinatura do texto	112
d) Ratificação	113

e) Promulgação	115
f) Publicação	116
g) Registro	116
3.7. Aplicação dos tratados com normas contraditórias	116
3.8. Fim dos tratados	117
4. O Costume Internacional	120
5. Princípios Gerais do Direito.....	125
5.1. Noções gerais	125
5.2. Os princípios no Direito Internacional Público.....	127
6. Doutrina, Jurisprudência e Equidade (Elementos Auxiliares).....	130
7. Ato unilateral	133
8. As Resoluções das Organizações Internacionais	135

PARTE II

O ESTADO COMO SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO IV

O ESTADO NA ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL

1. Conceito.....	141
2. Elementos Constitutivos do Estado	143
3. Classificação dos Estados.....	147
3.1. Estados simples.....	148
3.2. Estados compostos.....	149
3.2.1. Estados compostos por coordenação	149
a) Federação de Estados.....	149
b) Confederação de Estados.....	151
c) União de Estados	151
3.2.2. Estados compostos por subordinação	152
a) Estado vassalo.....	152
b) Protetorado	152
c) Estados exíguos	153
d) Estados clientes	153
e) Estados satélites	153
f) A <i>Commonwealth</i>	154
4. Nascimento do Estado.....	154
5. Reconhecimento de Estado e Governo.....	155
6. Sucessão e Extinção de Estados	160
a) Bens do Estado.....	163
b) Legislação e tratados	164

c) Nacionalidade.....	166
7. Direitos dos Estados	166
7.1. Direito à igualdade	169
7.2. Direito ao respeito mútuo.....	170
7.3. Direito à conservação e proteção	170
7.4. Direito ao comércio internacional.....	171
8. Deveres dos Estados	172
8.1. A não indiferença	175
8.2. A não intervenção	178
8.2.1. As doutrinas Monroe e Drago.....	180
9. Restrições aos Direitos dos Estados.....	181
9.1. Imunidade de jurisdição	182
9.2. Servidão	182
9.3. Arrendamento do Território	183
9.4. Neutralidade permanente	184
9.5. Neutralidade de Território.....	185
10. Responsabilidade dos Estados	185
10.1. Noções gerais.....	185
10.2. Responsabilidade subjetiva e objetiva.....	187
10.3. Atos do Executivo, Legislativo e Judiciário	189
a) Atos do Executivo	190
b) Atos do Legislativo	190
c) Atos do Judiciário.....	191

CAPÍTULO V

AGENTES DIPLOMÁTICOS E AGENTES CONSULARES

1. Noções Gerais	193
2. Os Agentes Diplomáticos.....	197
a) A inviolabilidade diplomática	200
b) Imunidade de jurisdição	201
c) Isenção de impostos	202
3. Os Agentes Consulares	203

CAPÍTULO VI

ESPAÇOS SOB A SOBERANIA DOS ESTADOS E ESPAÇOS INTERNACIONAIS COMUNS

1. Considerações Gerais.....	209
2. Domínio Terrestre.....	210

3. Domínio Fluvial e Lacustre.....	212
4. Domínio Aéreo.....	215
4.1. A Regulamentação do Espaço Aéreo no Direito Internacional.....	215
5. Domínio Marítimo.....	220
5.1. Mar territorial.....	223
5.2. Zona contígua.....	227
5.3. Zona econômica exclusiva.....	228
5.4. Plataforma continental.....	229
5.5. Fundo marinho.....	232
5.6. Alto-mar.....	234
6. Regiões Polares.....	238
6.1. A Antártica.....	238
6.2. O Ártico.....	242
7. O desafio brasileiro: a Amazônia Azul.....	244

PARTE III
AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

CAPÍTULO VII
TEORIA GERAL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Antecedentes.....	249
2. Conceito e Características.....	259
2.1. Associação voluntária de sujeitos do Direito Internacional.....	261
2.2. Ato institutivo internacional.....	262
2.3. Personalidade internacional.....	264
2.4. Ordenamento jurídico e órgãos próprios.....	265
3. Os atos praticados pelas Organizações Internacionais.....	265
3.1. A possibilidade de celebrar tratados.....	266
3.2. Imunidades e privilégios.....	267
3.3. O direito de legação.....	270
3.4. Possibilidade de demandar reclamações internacionais.....	270
4. Classificação.....	272
4.1. Quanto às finalidades.....	273
4.2. Quanto à extensão.....	273
4.3. Quanto à duração.....	275
4.4. Quanto à admissão.....	275
5. Direitos e financiamento.....	276
6. Sucessão das Organizações Internacionais.....	279

CAPÍTULO VIII

A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

1. Antecedentes: a Liga das Nações.....	281
2. A Criação da Organização das Nações Unidas e seus Objetivos	290
3. Os Membros.....	296
4. Os Órgãos da ONU	298
4.1. Assembleia Geral.....	299
4.2. Conselho de Segurança	301
4.3. Secretaria-Geral.....	304
4.4. Corte Internacional de Justiça	307
4.5. Conselho Econômico e Social.....	311

CAPÍTULO IX

ORGANISMOS ESPECIALIZADOS DA ONU

1. Considerações Gerais.....	313
2. A Organização Internacional do Trabalho	315
3. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	319
4. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura	321
5. A Organização Mundial da Saúde	323
6. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional	325
6.1. O Banco Mundial	325
6.1.1. O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	327
6.2. O Fundo Monetário Internacional	327
7. Organização da Aviação Civil Internacional	329
8. A União Postal Universal e a União Internacional de Telecomunicações	330
8.1. A União Postal Universal (UPU)	330
8.2. A União Internacional de Telecomunicações.....	331
9. Organização Meteorológica Mundial	334
10. Agência Internacional de Energia Atômica	336
11. Organização Mundial do Turismo.....	339
12. Organização marítima Internacional.....	342
13. Organização Mundial do Comércio	346

CAPÍTULO X

A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

1. Considerações gerais	353
2. Princípios da OEA.....	360

3. Membros	362
4. Direitos e deveres	363
5. A estrutura orgânica da OEA	364
5.1. Assembleia Geral	364
5.2. Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores	365
5.3. Conselhos (Conselho Permanente e Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral)	366
5.3.1. Conselho Permanente	366
5.3.2. Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral	367
5.4. Comissão Jurídica Interamericana	368
5.5. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	368
5.6. Secretaria-Geral	368
5.7. Conferências Especializadas	369
5.8. Organismos Especializados	369
5.8.1. Organização Pan-Americana da Saúde	369
5.8.2. Instituto Interamericano da Criança	370
5.8.3. Comissão Interamericana de Mulheres	370
5.8.4. Instituto Pan-Americano de Geografia e História	370
5.8.5. Instituto Indigenista Interamericano	370
5.8.6. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	371

CAPÍTULO XI

INTEGRAÇÃO REGIONAL E MERCOSUL

1. As Fases de Integração Regional	373
2. Breve Notícia Histórica do Processo de Integração Regional na América Latina...	378
3. O MERCOSUL	382
4. A Cooperação Judiciária do Mercosul	388
5. O Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa (Protocolo de Las Leñas – Mercosul/CMC/Dec. n. 05/92)	389

PARTE IV

O INDIVÍDUO NO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO XII

NACIONALIDADE

1. Noções Gerais	399
2. Critérios Atributivos da Nacionalidade	402
a) <i>Jus soli</i> (direito do solo)	402

b) <i>Jus sanguinis</i> (direito do sangue)	403
c) Sistema misto	404
3. Formas de Aquisição da Nacionalidade	404
4. Perda da Nacionalidade	406
5. Polipátrida e Apátrida	409
6. Efeitos da naturalização	411

CAPÍTULO XIII

A SITUAÇÃO JURÍDICA DOS MIGRANTES NO BRASIL

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	415
2. NACIONALIDADE, ESTRANGEIRO E O MIGRANTE	417
a) imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;	418
b) emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;	419
c) residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho; ..	420
d) visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;	421
e) apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto n. 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro.	422
3. A nova lei de migração no Brasil	422
4. A admissão e a retirada compulsória do migrante	427
5. A extradição	437

CAPÍTULO XIV

O DIREITO DE ASILO

1. Noções Gerais	447
2. Natureza Jurídica do Asilo	448
3. O Asilo Territorial	450
4. O Asilo Político	452
5. O Direito de Asilo na Lei n. 13.445/2017 e no Decreto n. 9.199/2017	456

CAPÍTULO XV

O REFÚGIO À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS

1. Introdução	459
2. Breves antecedentes	461

3. O conceito de refugiado à luz do direito internacional.....	463
4. A situação atual no mundo, em conformidade com Relatório produzido pelo ACNUR.	465
4.1. Crianças são a metade	466
Europa (crescimento de 51%)	467
Oriente Médio e Norte da África (crescimento de 19%)	467
África Subsaariana (crescimento de 17%, excluindo a Nigéria).....	468
Ásia (crescimento de 31%).....	468
Américas (crescimento de 12%)	468
5. Considerações finais	468

PARTE V

CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

CAPÍTULO XVI

MODOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO DIP

1. Considerações Gerais.....	473
2. Meios Diplomáticos.....	475
2.1. Negociação.....	475
2.2. Congressos e conferências	476
2.3. Bons ofícios.....	477
2.4. Mediação	477
2.5. Conciliação	479
3. Meios Jurídicos.....	480
4. Meios Políticos	484
5. Meios Coercitivos.....	485
5.1. Retorsão	486
5.2. Represálias	486
5.3. Embargo	486
5.4. Boicote	486
5.5. Rompimento das relações diplomáticas	487

CAPÍTULO XVII

A GUERRA NO DIREITO INTERNACIONAL

1. Considerações Gerais.....	489
2. Conceito de Guerra Justa x Guerra Santa.....	491
3. Conceito de guerra defensiva x guerra ofensiva	495
4. A Guerra no Século XX: Algumas Impressões	497
5. Conceito de <i>Jus Contra Bellum</i>	500

6. O Uso da Força e a Legítima Defesa	502
7. O Sistema de Segurança Coletiva.....	505

CAPÍTULO XVIII

O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

1. Considerações Gerais.....	507
2. Antecedentes Históricos	508
3. Autonomia do Direito Internacional Humanitário	510
4. Guerra ou Conflito Armado?	512
5. A Intervenção Humanitária.....	515
6. Direito de Haia	520
7. Direito de Genebra	521
8. Direito de Nova Iorque.....	522
10. As normas de direito internacional humanitário e sua aplicação, controle e sanções	523

PARTE VI

TEMAS ATUAIS DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO XIX GLOBALIZAÇÃO

1. Breve Notícia Histórica	529
2. Conceito.....	534
3. Efeitos Provenientes da Globalização	538
4. Forças Poderosas que Impulsionam a Globalização	543
5. O Impacto da Globalização sobre os Direitos Sociais	546

CAPÍTULO XX

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA

1. Antecedentes Históricos	549
2. A Pessoa Humana como Sujeito de Direito Internacional	558
3. Os Direitos Humanos no Plano Universal	567
4. Os Direitos Humanos e o Tribunal Penal Internacional	579
5. Direitos humanos e cosmopolitismo.....	590
6. A Onda Geracional dos Direitos Humanos	594

CAPÍTULO XXI

OS DIREITOS HUMANOS NO PLANO REGIONAL

1. Considerações Gerais.....	601
------------------------------	-----

2. O Sistema Europeu	603
3. O Sistema Americano	611
4. O Sistema Africano	631

CAPÍTULO XXII

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

1. Considerações Gerais	639
2. Conceito de Meio Ambiente	640
3. A ideia de justiça ambiental	644
4. Breves Antecedentes na Formação do Direito Internacional Ambiental	648
5. Alguns Temas Contemplados pelo Direito Internacional Ambiental	652
5.1. Atmosfera e clima	654
5.2. Rios transfronteiriços, lagos e bacias	655
5.3. Os mares e oceanos	656
5.4. A fauna e a flora	657
6. Alguns Marcos Importantes para o Direito Internacional Ambiental	659
6.1. A Conferência de Estocolmo, de 1972	659
6.2. A Conferência do Rio de Janeiro, de 1992	663
6.3. A Conferência de Joanesburgo, de 2002	670
6.4. A Conferência do Rio de Janeiro, de 2012	673
7. Comércio Internacional e Meio Ambiente	675
8. O “Refugiado” Ambiental	681
9. O Tribunal Internacional do Meio Ambiente: uma Grande Necessidade	690

CAPÍTULO XXIII

PARA UMA TUTELA DAS CATÁSTROFES NATURAIS: FUNDAMENTOS PARA O DIREITO INTERNACIONAL DAS CATÁSTROFES

1. Introdução	695
2. Gestão do risco da catástrofe natural	696
3. Breves comentários sobre o Direito Internacional das Catástrofes Naturais	698
a) Enquadramento jurídico da prevenção de catástrofes no plano organizacional, legal e político	701
b) Avaliação, gestão, monitorização e alerta precoce de riscos naturais	701
c) Investigação científica e educação	701
d) Redução de fatores de potenciação do risco natural	701
e) Prontidão para a resposta emergencial e reforço da capacidade de recuperação que se propõe reduzir a vulnerabilidade e cultivar a resiliência	702
4. À guisa de conclusão inacabada	704

CAPÍTULO XXIV

OS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA

1. Considerações gerais	709
2. As correntes doutrinárias sobre os tratados internacionais de direitos humanos...	711
2.1. Natureza supraconstitucional	711
2.2. Natureza constitucional.....	716
2.3. Natureza de lei ordinária	721
2.4. Natureza supralegal	726
3. A valorização dos direitos humanos no Brasil	729
4. Direitos formais e materialmente fundamentais e a abertura material dos direitos fundamentais na ordem constitucional brasileira	732
5. Dimensões procedimentais relativas à internalização no ordenamento jurídico brasileiro dos tratados internacionais sobre direitos humanos.....	741
6. Considerações finais	746
<i>Referências</i>	759